

Comissão Central de Pós-Graduação
CCPG



Ata
420^a Reunião
Ordinária

09/10/2024

Sala do CONSU

1 ATA DA QUADRIGENTÉSIMA VIGÉSIMA (420ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-
2 GRADUAÇÃO. Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, na
3 Sala de Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”,
4 Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a Comissão Central de Pós-Graduação
5 (CCPG), sob a Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e com o
6 comparecimento dos seguintes Membros: Alexandra Christine Helena Frankland Sawaya (FCF),
7 Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ), Claudio Chrysostomo Werneck (IB), José Guilherme Cecatti
8 (FCM), Lígia de Moraes Antunes Correa (FEF), Liliana de Oliveira Rocha (FEA), Luiz Fernando
9 Bittencout (IC), Márcia Azevedo de Abreu (IEL), Marcos Julio Rider Flores (FEEC), Marko Synésio
10 Alves Monteiro (IG), Mauro Cardoso Simões (FCA), Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH), Orlando
11 Luis Goulart Peres (IFGW), Paulo Sérgio Fracalanza (IE) e Tiago Zenker Gireli (FECFAU).
12 **Estiveram presentes** a Profa. Luz Adriana Alvarez Toro substituindo a Profa. Melissa Gurgel
13 Adeodato Vieira (Coordenadora CPG/FEQ), o Prof. João Batista Fogagnolo substituindo o Prof.
14 Marco Lúcio Bittencourt (Coordenadora CPG/FEM) e o Prof. Eduardo Cardoso de Abreu
15 substituindo o Prof. Plamen Emiliv Kochloukov (Coordenador CPG/IMECC). **Justificaram a**
16 **ausência** o Prof. Enelton Fagnani (Coordenador CPG/FT), o Prof. Ângelo José Fernandes
17 (Coordenador CPG/IA) e a Profa. Cristiane Machado (Coordenadora CPG/FE)). Estiveram
18 presentes a Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG), o Prof. Dr. Elias
19 Basile Tambourgi (Assessor da PRPG), O Prof. Sávio Machado Cavalcante (DEAPE), o Sr.
20 Fernandy Ewerardy de Souza (DAC), a Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT da PRPG), a Sra.
21 Isabela Geanfrancesco Giroto (Diretoria Acadêmica PRPG), a Sra. Marcela de Souza Pellegrin
22 (CCPG). A Sra. Presidente cumprimentou os presentes. Dando início à reunião informou as
23 demais justificativas de ausência e substituições e colocou em discussão a Ata da 418ª Reunião
24 Ordinária da Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG) realizada em 14/08/2024. Não
25 havendo nenhuma manifestação, colocou para apreciação do plenário a Ata, que foi aprovada
26 com três (3) abstenções. Colocou em discussão à Ordem do Dia. Perguntou se havia algum
27 destaque a ser feito. Não havendo, colocou em votação os itens não destacados da pauta, que
28 foram aprovados por unanimidade. **ORDEM DO DIA: ITEM 1. ACORDOS. a) ACORDO DE**
29 **COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (FEA) E A DELFT UNIVERSITY OF**
30 **TECHNOLOGY (PAÍSES BAIXOS) – SRA. MEÍSSA ROCHA ESSENFELDER ABRAHÃO** - Para
31 a homologação da aprovação *ad referendum* da CCPG de 20 de setembro de 2024. PROC. 04-P-
32 32002/2024 (d). Fla. 05 a 31. **ITEM 2. RECONHECIMENTO DE DIPLOMA ESTRANGEIRO DE**
33 **PÓS-GRADUAÇÃO – NATHÁLIA VITÓRIA PEREIRA ARAÚJO**. PROC. Nº 01P-23655/2024 (d).
34 **IB - Fls. 32 a 48. ITEM 3. ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-**

1 **GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS.** PROC.
2 Nº 36-P-34456/2021. FCA – Parecer favorável exarado pelo Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer
3 Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 49 a 63. **ITEM 4. ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA**
4 **ICHSA Nº 04/2024 QUE ESTABELECE NORMAS PARA CREDENCIAMENTO,**
5 **RECDENCIAMENTO, CADASTRAMENTO E DESCDENCIAMENTO DE DOCENTES NO**
6 **PROGRAMA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS (FCA).**
7 PROC. Nº 36-P-34456/2021. FCA – Parecer favorável exarado pelo Profa. Dra. Cláudia Vianna
8 Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 64 a 67. **ITEM 5. ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO**
9 **DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.** PROC. Nº 01-P-7134/1989.
10 FEF – Parecer favorável exarado pelo Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da
11 PRPG). Fls. 68 a 85. **ITEM 6. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO CURSO DE**
12 **ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS.** PROC.
13 Nº 36-P-15620/2021 (d). FCA – Parecer favorável exarado pelo Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer
14 Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 86 a 161. **ORDEM DO DIA PAUTA SUPLEMENTAR: ITEM 2.**
15 **ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CCPG 04/2024 SOBRE A ADEQUAÇÃO DOS**
16 **PRAZOS REGULAMENTARES PARA A INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-**
17 **GRADUAÇÃO, CONFORME OS TERMOS DA LEI Nº 14.925, DE 17 DE JULHO DE 2024.** CCPG
18 – Fls. 22 e 23. **DESTAQUE DE MESA: ITEM 1 DA PAUTA SUPLEMENTAR. PROPOSTA DE**
19 **CRIAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO**
20 **DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR (PCI) DE MESTRADO INSTITUCIONAL (MINTER)**
21 **ENTRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP), PROGRAMA DE PÓS-**
22 **GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (FCA) E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS**
23 **(UNEAL)** PROC. Nº 36-P-29646/2024 (d). FCA – Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias
24 Basile Tambourgi (Assessor PRPG). Fls. 02 a 21. A **Sra. Presidente** deu início ao item destacado
25 da pauta suplementar sobre a criação de um PCI, de uma Cooperação entre Instituições, o
26 Mestrado Institucional MINTER entre a Unicamp com o Programa de Administração da FCA, com
27 a Universidade Estadual de Alagoas. Pediu que o Prof. Mauro comentasse. O conselheiro **Prof.**
28 **Mauro Cardoso Simões (FCA)** deu bom dia a todos e comentou que já tiveram uma proposta
29 aprovada de DINTER e que aquela proposta se inseria na mesma dinâmica daquele acordo de
30 criação do programa MINTER entre a PPGA, Pós-Graduação em Administração, e a Universidade
31 Estadual de Alagoas. A **Sra. Presidente** explicou que era regular que toda proposta de curso novo
32 entrasse como destaque da mesa. Perguntou se alguém gostaria de comentar. Não havendo
33 manifestação, colocou o Item 1 da pauta suplementar em votação, que foi aprovado por
34 unanimidade. Ainda na pauta suplementar, comentou sobre a alteração da Instrução Normativa

1 relacionada à lei 14.925 de 2024, sobre a extensão do prazo de integralização por até 180 dias da
2 estudante da pós-graduação, em virtude de nascimento de filho, adoção, obtenção de guarda
3 judicial para fim de adoção, ocorrido no prazo regulamentar do curso, claramente solicitada por
4 representante legal. Sobre a questão da conclusão de disciplinas, disse que estava bem colocado
5 que a prorrogação do prazo, no âmbito daquela instrução, não implicava na prorrogação de bolsas
6 quando houvesse. Caso a CAPES ou o CNPq se manifestassem, poderiam fazer outra alteração
7 futuramente. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** perguntou se o direito se
8 estendia a pessoas que fizeram transição de sexo. A **Sra. Presidente** respondeu que naquela lei
9 não. Comentou que era uma Lei Federal e que havia uma limitação clara sobre quem teria o direito.
10 Disse que, se futuramente fosse feita uma legislação que tratasse daqueles casos, poderiam
11 certamente levá-la para a reunião. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)**
12 comentou que tinha a impressão de que a FAPESP e a CAPES estavam expandindo o prazo da
13 bolsa, mas precisavam confirmar. A **Sra. Presidente** respondeu que a CAPES não, mas achava
14 que a FAPESP sim. Mencionou que precisavam reescrever na Instrução Normativa, que a
15 prorrogação de bolsa dependeria da regulamentação das normas das agências. A **Sra. Cristina**
16 **Ferreira de Souza (AT PRPG)** deu bom dia e disse que colocaria a seguinte frase: “A prorrogação
17 do prazo de integralização, no âmbito dessa instrução, em relação às bolsas, segue as normas
18 das agências de fomento.” A **Sra. Presidente** mencionou que, se a UNICAMP não definisse as
19 regras da pós-graduação, por exemplo, para estudantes estrangeiros, teriam que abordar o
20 assunto em outro momento, já que os estudantes vinham para a universidade, por exemplo, pelo
21 GCUB, com bolsas orçamentárias. Portanto, a regulamentação seria diferente, pois estaria sujeita
22 a regras orçamentárias. Perguntou se poderia colocar o item 2 não destacado da pauta
23 suplementar em votação sobre a alteração da Instrução Normativa CCPG 04/2024 sobre a
24 adequação dos prazos regulamentares para a integralização dos cursos de pós-graduação,
25 conforme os termos da lei nº 14.925, de 17 de julho de 2024. Todos assentiram e o item foi
26 aprovado por unanimidade. Encerrada a pauta, iniciou-se o primeiro assunto do expediente sobre
27 o Acordo das Universidades Públicas Paulistas com a CAPES e a FAPESP. Informou que, no dia
28 anterior, havia sido aprovado o acordo na CEPE, em instância final. A partir das aprovações finais
29 de todos os envolvidos, os Pró-Reitores, junto com o Presidente da CAPES e o Diretor da
30 FAPESP, se reuniram para fazer a assinatura formal do acordo que seria uma assinatura por
31 reitoria. A CAPES e a FAPESP, ao assinarem o acordo coletivo, fariam um acordo com cada
32 universidade, e nele, provavelmente, ou pelo menos em algum detalhe, haveria um plano de
33 trabalho relacionado a cada uma das agências. A reunião seria para discutir a implementação de
34 tudo aquilo, pois editais seriam abertos com um cronograma que, na verdade, precisaria ser

1 ampliado, já que tudo demorou mais do que imaginaram. A ideia era que, no segundo semestre
2 de 2024, tudo estivesse acontecendo, mas claramente aquilo não aconteceria daquela forma,
3 portanto, a previsão seria para 2025. Explicou que o intuito da reunião era alcançar alguma
4 homogeneidade, evitando disparidades entre as instituições, mas que tudo seria feito de acordo
5 com o ritmo de cada uma. Disse que, após a discussão — que, em sua opinião, seria mais intensa
6 — traria os resultados para a reunião da CCPG. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu**
7 **(IMECC)** deu bom dia e perguntou se aquele assunto tinha relação a reunião que fizeram em julho.
8 A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente e ressaltou a demora de todo o processo. O
9 conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** respondeu que ficaram de dar um retorno
10 para os coordenadores, para que pudessem discutir dentro de cada programa. Perguntou se
11 aquele momento aconteceria a partir de agora. A **Sra. Presidente** respondeu que imaginava que
12 a discussão dos programas deveria ter sido, pelo menos, mencionada, pois todos os programas
13 estavam cientes daquele acordo. A ideia era que os programas refletissem sobre a disposição, a
14 vontade e a adequação de se apresentar em uma proposta no edital da universidade para o
15 acordo, deixando claro que tudo seria por adesão e não por obrigação. Explicou que o acordo
16 trazia uma mudança nos mestrados, oferecendo um pequeno estímulo aos doutorados diretos.
17 Disse que chamava aquilo de estímulo pequeno, pois cada programa receberia poucas bolsas.
18 Além daquilo, o doutorado direto não era uma dinâmica corriqueira, praticada o tempo todo.
19 Mencionou que nem todos os mestrados estariam aptos ao doutorado direto, sendo necessário
20 concluir o mestrado, e que o programa, como sempre, seguiria a lógica da pós-graduação.
21 Explicou que a ideia era realizar uma transformação e aperfeiçoamento no mestrado, tanto na
22 grade curricular, quanto no tipo de formação, de modo que não se dessadequasse totalmente ao
23 que vinha sendo feito, mas que ele seguisse uma direção em áreas tecnológicas, caminhando
24 para a inovação, ou em áreas de humanas, focando em impactos sociais mais definidos, por
25 exemplo. Enfim, aquela era a ideia que os programas teriam que considerar, e a discussão
26 começaria a partir daquele momento. Comentou que havia conversado com alguns colegas,
27 principalmente na área de humanas, pois imaginava uma certa reticência daquela área em relação
28 àquilo. No entanto, os programas estavam percebendo, em alguma medida, que os mestrados
29 precisavam passar por um choque de funcionamento, devido a uma demanda decrescente ou
30 porque os mestrados estavam demorando. Enfim, não estavam contentes, e aquele
31 descontentamento poderia levar à adesão daquele programa. O conselheiro **Prof. Eduardo**
32 **Cardoso de Abreu (IMECC)** comentou que, pelo que ele lembrava, naquela ocasião, havia feito
33 comentários com os colegas, mas não uma discussão profunda, pois a informação recebida era
34 tão dispare que não havia nada. Disse ter quase certeza de que os coordenadores ficaram de

1 aguardar um retorno, uma minuta, para poder repassar aos colegas do departamento e nos
2 programas, permitindo, assim, uma discussão. A **Sra. Presidente** explicou que somente agora
3 tinham o documento final, pois a reunião da CEPE havia sido no dia anterior, e até a outra semana,
4 a CAPES havia acabado de devolver todos os documentos. O conselheiro **Prof. Eduardo**
5 **Cardoso de Abreu (IMECC)** perguntou se aquele documento seria repassado a eles. A **Sra.**
6 **Presidente** respondeu que, com a aprovação da CEPE, o documento se tornava definitivo.
7 Explicou que, embora a PG dissesse que aquilo não era um memorando, mas sim um acordo, já
8 que todos os envolvidos tinham responsabilidades definidas, continuava chamando memorando
9 de entendimento, mantendo aquele plano de trabalho com modificações. Comentou que, na época
10 da primeira conversa, a ideia era transformar bolsas de mestrados daquele aluno bolsista da
11 CAPES em uma bolsa de doutorado, o que faria o programa perder temporariamente a sua bolsa.
12 No entanto, no acordo assinado, a CAPES foi convencida a oferecer uma nova bolsa para o
13 doutorado direto, que poderia ser complementada pela FAPESP. Finalizou dizendo que o acordo
14 definitivo seria repassado aos programas, mas acreditava que vários deles já haviam feito uma
15 avaliação preliminar da transformação e que talvez o Prof. Eduardo tivesse perdido alguma
16 reunião. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** respondeu que não se
17 lembrava. A **Sra. Presidente** respondeu que foi uma reunião da CCPG e que era o Prof. Plamen
18 que estava presente. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** mostrou-se
19 preocupado com aquela situação, deixando registrado que nem todos os programas tiveram
20 acesso às informações. Recordou que, na reunião em que esteve com vários colegas, ficou claro
21 que os coordenadores, as coordenadoras e os colegas receberiam as informações, o que o deixou
22 tranquilo na época. A **Sra. Presidente** deu razão à fala do Prof. Eduardo e comentou que fariam
23 uma reunião com os coordenadores dos PROEX para que eles pudessem repassar a informação.
24 Finalizou dizendo que, às vezes, a pessoa que recebia a informação não conseguia transmiti-la.
25 O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** concordou e ressaltou que queria
26 registrar aquela informação. Como estava substituindo o Prof. Plamen e havia conversado com os
27 colegas, além de ter escutado questionamentos estranhos, decidiu levar a discussão para aquela
28 reunião. Finalizou dizendo que tudo começou a fazer sentido, pois um dos questionamentos foi
29 sobre acabar com o mestrado. A **Sra. Presidente** respondeu que as dúvidas sobre o fim do
30 mestrado chegaram até ela, mas que não era nada daquilo e que fariam aquela reunião. O
31 conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** solicitou aquele documento oficial com
32 os devidos esclarecimentos, para que o seu programa de Matemática Aplicada pudesse discutir a
33 questão de uma maneira mais célere. E agradeceu. A **Sra. Presidente** mencionou que fariam
34 aquela reunião, mas não soube dizer se ocorreria antes ou depois da reunião dos Pró-Reitores.

1 No entanto, se necessário, marcaria uma reunião mesmo que não pudesse ser presencial.
2 Finalizou dizendo que respondeu a muitas questões ao Prof. Eduardo, embora nem todas
3 tivessem sido perguntadas. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** agradeceu
4 e afirmou que informação era sempre bem-vinda. A **Sra. Presidente** deu sequência ao
5 Expediente, mencionando duas Portarias da CAPES. A primeira era a Portaria do GradPG, que
6 foi encaminhada a todas as coordenações e tratava de um programa de articulação maior entre
7 as graduações e as pós-graduações. Falou que no entendimento de muitos, o programa se
8 assemelhava ao PIF da UNICAMP, de maneira mais aprofundada e articulada. Outro programa
9 com aquela articulação, era o MD/PhD da Medicina, que nunca foi levado para a reunião da CCPG,
10 por ser um programa específico da FCM, e a Portaria que fazia uma articulação maior das
11 residências. Explicou que a proposta tinha uma vertente da CAPES voltada para o
12 aperfeiçoamento das graduações, estimulando um maior acesso e formação na pós-graduação.
13 Disse que não sabia se sua avaliação estava correta ou se ainda era preliminar e precisaria ser
14 discutida, mas que havia algo relacionado a uma maior velocidade na formação de quadros
15 capacitados. Comentou que todos concordavam que estavam aquém de indicadores
16 internacionais e de seus próprios parâmetros, como a idade dos alunos formados, o tempo gasto
17 na pós-graduação e a capacidade de inserção no mercado, e a CAPES gostava daquela reflexão,
18 para estimular a velocidade de tudo aquilo. Mencionou que, no caso do programa de residência,
19 que ela não lembrava o nome no momento, seguia a linha do MD/PhD da FCM e que várias
20 universidades adotavam, tinha como objetivo, atrair o aluno da graduação, levá-lo para a pós-
21 graduação e, depois, permitia que ele retornasse para concluir a graduação e em seguida com o
22 seu trabalho de pesquisa concluído, pudesse defender sua tese. Finalizou dizendo que o programa
23 existia desde 2012. A conselheira **Profa. Liliana de Oliveira Rocha (FEA)** comentou que o nome
24 do programa mencionado era Programa Pesquisador em Medicina. A **Sra. Presidente** respondeu
25 que ele se chamava ResidePG. A conselheira **Claudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da**
26 **PRPG)** comentou que achava interessante o programa de articulação entre graduação e pós-
27 graduação, pois permitia identificar precocemente alunos com perfil de pesquisa e levá-los para a
28 pós-graduação. Mencionou que faziam aquilo com o MD-PhD e que estava funcionando. Outro
29 ponto interessante era que não precisava ser aberto para todos; aliás, ela não achava aquilo
30 saudável. Explicou que, no começo do programa, havia duas vagas, e atualmente estavam
31 oferecendo cinco. E que nele, conseguiam formar uma massa crítica importante, e com uma
32 vertente voltada à pesquisa conseguiam identificar esses indivíduos. Explicou que no
33 entendimento da PRPG, era um programa semelhante ao PIF, que permitia a realização das
34 disciplinas e, no caso do MD-PhD, a realização de pesquisa. Finalizou dizendo que iriam conversar

1 com a graduação para encontrar uma maneira de trabalhar isso na universidade e conseguirem
2 orientar todas as áreas. A **Sra. Presidente** explicou que o PIF, na verdade, funcionava muito
3 naquela direção. Lembrou que, na Engenharia Elétrica, devido a várias intervenções do Prof.
4 Geromel ao longo dos anos para estimular o PIF, foram realizadas diversas articulações com a
5 graduação e os laboratórios das engenharias e aquilo sempre foi algo muito estimulado, enquanto
6 nas áreas de humanas, dificilmente aquilo ocorria. No entanto, nas áreas tecnológicas, sempre
7 tiveram aquela entrada para a formação dos alunos. A conselheira **Profa. Liliana de Oliveira**
8 **Rocha (FEA)** comentou que, antes da publicação daquela Portaria da CAPES, na FEA estavam
9 planejando criar um mestrado integrado com a graduação. Contou que encaminhou à Sra. Cristina,
10 a Instrução Normativa que elaboraram para permitir que o aluno que realizasse o PIF pudesse se
11 inscrever naquela modalidade que estaria disponível no processo seletivo, e tivesse, no mínimo,
12 um ano de bolsa, dependendo de cada programa. A ideia era encurtar o tempo e selecionar bons
13 alunos da graduação para ingressarem na pós-graduação, estimulando aquela transição. Explicou
14 que muitas vezes, os alunos levavam dois ou até três anos para defender, e com aquela proposta,
15 ele teria um ano de bolsa, as disciplinas concluídas e um ano para sua defesa. Por fim, questionou
16 se a FCM havia criado o programa MDPHD, passado na CCPG e por todas as instâncias, ou se a
17 Instrução Normativa que criaram seria suficiente para os encaminhamentos necessários. A **Profa.**
18 **Claudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG)** respondeu que o MD/PhD era um
19 programa aprovado no CONSU. E uma questão importante que a FCM viveu e precisavam
20 entender melhor com o novo programa da CAPES, era que como o aluno poderia interromper o
21 curso de graduação para a pesquisa, conforme dito pela Profa. Rachel, ele teria o período certo
22 para fazer aquilo, que seria no terceiro ou quarto ano, antes do internato. Explicou que o programa
23 necessitou de modificações, inclusive na DAC, e que foi necessário estender por um ano o prazo
24 de integralização. Comentou que algumas mudanças não eram difíceis de serem implementadas,
25 mas que o MD/PhD era um programa reconhecido na universidade, portanto, era importante que
26 tramitasse. Em relação aos encaminhamentos que a Profa. Liliana mencionou, acreditava que
27 seria melhor esperar a normatização na instituição para integrar aquela proposta de forma mais
28 eficaz. A **Sra. Presidente** explicou a Profa. Liliana que qualquer integração com a graduação
29 exigiria diversos acertos com a DAC. A qualificação de disciplinas e a suspensão da graduação
30 do aluno, como era feito no MD/PhD, envolvia uma dinâmica interna diferente, incluindo aspectos
31 burocráticos e administrativos. Portanto, seria necessário estudar aquela ideia. Comentou que o
32 desejo da FEA de implementar um programa de mestrado integrado, visando agilizar a defesa dos
33 alunos, era o objetivo do acordo que eles haviam discutido e aprovado na última reunião.
34 Acreditava que estavam desenvolvendo uma série de iniciativas, todas convergindo para uma

1 articulação no mestrado, tanto para aumentar sua agilidade quanto para torná-lo mais aplicado.
2 Portanto, achava válido iniciarem uma série de conversas, pois, no futuro, poderia ocorrer que o
3 programa de excelência da FEA decidisse não aderir ao acordo, mas optasse por criar o seu
4 mestrado integrado. Acreditava que aquelas seriam alternativas viáveis para serem consideradas.
5 Comentou que aquela discussão a fez lembrar de um assunto fora do Expediente, que era a
6 Resolução do Conselho Nacional de Educação, que definiu, em junho passado, que universidades
7 consideradas consolidadas eram aquelas com um número mínimo estipulado por eles de
8 programas de excelência e mesmo que houvesse mudanças de critérios elas continuariam sendo
9 consideradas consolidadas. Com a homologação pelo Ministério da Educação, a UNICAMP, por
10 fazer parte daquele grupo, teria autonomia interna suficiente para criar programas considerados
11 adequados, com consolidação necessária para serem apresentados no momento de avaliação da
12 CAPES. Finalizou ressaltando aquilo como uma vantagem e um ponto positivo da Resolução do
13 Conselho. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)** cumprimentou a todos e
14 complementou que, para ele, parecia que aquele era um pacote que a CAPES estava lançando,
15 com uma série de necessidades identificadas anteriormente pelos programas. Mencionou a
16 Portaria CAPES nº 290, de 13 de setembro de 2024, que regulamentava o Programa de
17 Residência Integrada à Saúde, que fazia parte do mesmo processo. Acreditava que o PIF estava
18 disponível ao programa de graduação na área de mestrado e que, no final seria muito parecido. O
19 MDPHD por sua vez, tinha uma característica de ligar a graduação e pós-graduação na parte de
20 doutorado, mas achava que as adaptações dependeriam das particularidades de cada programa
21 e especialidade, que se regularizariam naturalmente de acordo com as necessidades. Comentou
22 que via aquele tipo de estímulo da CAPES como bastante positivo, pois possibilitava uma
23 abordagem para facilitar a identificação de novos talentos a serem inseridos no mercado de
24 trabalho ou na comunidade acadêmica. A **Sra. Presidente** comentou que achou boa a
25 interpretação do Prof. Guilherme sobre aquilo ser um pacote. E que poderiam seguir naquelas
26 tentativas de aperfeiçoamento. Passando para o próximo tópico do Expediente, mencionou a
27 Portaria do PIPD, que foi encaminhada a todos, sobre a concessão de uma bolsa de pós-
28 doutorado para os programas com notas 6 e 7. De acordo com os critérios da CAPES, os campi
29 de Limeira e Piracicaba não estavam no patamar do IDHM, portanto, os programas com nota 5
30 não poderiam receber a bolsa. O próximo assunto era um lembrete sobre o prazo de entrega dos
31 relatórios CAPES PRINT. A **Profa. Claudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** lembrou
32 que o prazo de inserção do relatório final no sistema para aqueles que participaram do PRINT era
33 até o dia 15 de novembro. Antes que alguém questionasse a impossibilidade de inserção,
34 esclareceu que o sistema estava com problemas, mas que estariam monitorando a situação para

1 avisar a todos assim que fosse normalizada. Finalizou explicando que não eram os usuários que
2 não estavam conseguindo inserir, mas sim um problema na CAPES. O conselheiro **Prof. Marko**
3 **Synésio Alves Monteiro (IG)** retomou o assunto sobre o PIPD, comentando que os programas
4 do IG estavam confusos, pois o prazo estava correndo, mas não tinha bolsa no sistema da CAPES.
5 Questionou como eles deveriam implementar aquilo e se precisariam abrir um edital. Disse que
6 não tinha orientação sobre como elaborar o edital e achava que havia perdido alguma etapa do
7 processo. A **Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT PRPG)** esclareceu que abriram o sistema na
8 segunda-feira passada e que a bolsa deveria estar disponível nele. O conselheiro **Prof. Marko**
9 **Synésio Alves Monteiro (IG)** perguntou se os editais seriam elaborados de maneiras diferentes.
10 A **Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT PRPG)** respondeu que a Sra. Isabela havia informado na
11 semana anterior, na quinta ou sexta-feira, que cada programa, cada unidade CPG teria que fazer
12 os próprios editais. O conselheiro **Prof. Marko Synésio Alves Monteiro (IG)** questionou se seria
13 cada programa ou cada CPG. A **Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT PRPG)** respondeu que cada
14 unidade decidiria aquilo. O conselheiro **Prof. Marko Synésio Alves Monteiro (IG)** mencionou que
15 iria avisar seus programas, pois tinha coordenadora até outro dia dizendo que não havia bolsa
16 disponível. A **Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT PRPG)** comentou que o sistema havia sido
17 aberto somente na segunda-feira daquela semana. A **Sra. Presidente** complementou
18 mencionando que, até onde sabia, os programas estavam elaborando seus próprios editais,
19 independentemente das definições das CPGs. A **Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT PRPG)**
20 perguntou se os coordenadores dos programas notas 6 e 7, não haviam recebido o ofício
21 diretamente da CAPES, mencionando que havia um cronograma do sistema. O conselheiro **Prof.**
22 **Marko Synésio Alves Monteiro (IG)** confirmou o recebimento. A **Profa. Claudia Vianna Maurer**
23 **Morelli (Assessora PRPG)** informou que, para completar o assunto PRINT, aqueles que
24 possuísem o Cartão Pesquisador tinham o prazo até o final do mês para utilizar o saldo
25 disponível. Ressaltou que o prazo para gastos era até 31 de outubro, e que após o período, o
26 dinheiro seria recolhido. A **Sra. Presidente** complementou a fala da Profa. Cláudia, informando
27 que o prazo para a entrega do relatório final do PRINT era 15 de novembro, enquanto o prazo
28 para finalizar os gastos do cartão era 31 de outubro. Mencionou que acreditava que todos já
29 haviam utilizado quase todo o saldo, mas que era sempre bom reforçar a informação. Encerrado
30 o assunto, comentou que o Prof. Elias, junto com a CGU, havia coordenado a Avaliação
31 Institucional e apresentado os resultados na COPEI. O **Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor**
32 **PRPG)** confirmou que haviam finalizado a avaliação e fez um agradecimento à Profa. Bárbara do
33 IFCH e à Profa. Rosângela da Economia, que fizeram parte da Comissão. Destacou que ele e a
34 Profa. Claudia tiveram um trabalho árduo para compatibilizar todos os dados, pois algumas

1 unidades responderam perguntas em uma lauda, enquanto outras utilizaram respostas de sim e
2 não, o que tornou o processo difícil. Informou que a Comissão Externa, composta pelo Prof.
3 Thimoty da Universidade de Oxford, pelo Prof. Cabral do Instituto Técnico de Lisboa e pelo Prof.
4 Airton Barreto do Inter, havia realizado a avaliação e que obtiveram um resultado positivo.
5 Finalizou informando que a avaliação consistia em um total de 105 páginas, que seriam
6 disponibilizadas na íntegra para os coordenadores avaliarem. A **Sra. Presidente** mencionou que
7 todos tinham uma ideia do que seria a avaliação da pós-graduação e que a CGU havia feito os
8 formulários respondidos pelas unidades, pelos programas. Reforçou que a Comissão havia tido
9 um grande trabalho de compatibilização dos dados e tematização. E ao analisar as avaliações
10 externas, considerou-as muito positivas, notando um ponto em comum pelo menos em duas delas,
11 sobre a internacionalização da pós-graduação ser considerada muito boa, mas apenas em uma
12 via. Ou seja, havia mais alunos e professores da Unicamp indo para fora do Brasil do que vice-
13 versa. E aquela constatação preocupava a pós-graduação. Mencionou que havia problemas
14 relacionados aos próprios editais, citando como exemplo o programa Move América, no qual a
15 Unicamp recebeu um número elevado de propostas, mas conquistou 52 bolsas, o que não era um
16 número desprezível, uma vez que no início do edital havia 500 bolsas e aquele número foi
17 aumentado para 1000. Além daquilo, o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, que fez um
18 grande esforço para estimular alunos a virem para a pós-graduação da Unicamp se formarem,
19 que resultou em mais de 1800 pedidos e propostas. Mencionou que aquelas bolsas eram
20 provenientes do orçamento das universidades, uma vez que a CAPES nunca havia estabelecido
21 um convênio com aquele grupo de cooperação. Finalizou dizendo que a Unicamp tinha doze
22 bolsas, sendo seis para o mestrado e seis para o doutorado, conforme estipulado pelo Conselho
23 Universitário, diante de um número imenso de proposições. Em seguida, passou a palavra ao Prof.
24 Elias. O **Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG)** mencionou que havia 15.752 inscrições
25 no Brasil inteiro para o edital mundial do GCUB, sendo 1.873 delas apenas para a Unicamp.
26 Criticou o GCUB por lançar um edital sem bolsas, ressaltando que as universidades federais
27 utilizavam bolsas da CAPES, enquanto a Unicamp precisaria se limitar às 12 bolsas disponíveis
28 em seu próprio orçamento. A **Sra. Presidente** respondeu que era uma distorção, pois não era
29 para usar bolsa da CAPES para aquela finalidade. O **Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor**
30 **PRPG)** mencionou que estavam na fase de seleção do edital, que terminaria no final de outubro,
31 e explicou que 12 pessoas seriam selecionadas para as bolsas da Reitoria. Finalizou destacando
32 novamente que 1.863 pessoas demonstraram interesse em vir para a Unicamp, de um total de
33 15.752 inscrições, o que era muito positivo para a universidade. A **Sra. Presidente** explicou que
34 o que chamou de distorção havia sido mencionado em uma reunião da presidência anterior da

1 CAPES, com a Profa. Mercedes, sobre o uso de bolsas CAPES para alunos estrangeiros pelas
2 universidades federais, algo que não deveria ser feito. Comentou que a UNICAMP não adotava
3 aquela prática, utilizando as bolsas CAPES exclusivamente para seus alunos regulares, que
4 ingressavam no sistema por meio de seleção. Embora pudesse haver estrangeiros, eles entravam
5 na seleção regular. Destacou que no GCUB havia um tipo diferente de seleção, que utilizava
6 aquelas bolsas orçamentárias. Não soube dizer se o motivo era orçamentário, para a CAPES não
7 fazer algum convênio para dar conta daquela demanda internacional. Mencionou que não tinha
8 dúvidas que a UNICAMP era um ponto de referência de formação na América Latina e que em
9 algumas áreas, aquilo era muito importante. Finalizou ressaltando que, além daquilo, os países
10 também enfrentavam dificuldades de financiamento para enviar seus alunos. O conselheiro **Prof.**
11 **Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** questionou sobre as vias mencionadas na
12 internacionalização, sobre a saída de discentes e docentes bem estabelecida, enquanto a vinda
13 do exterior não se apresentava da mesma maneira. Perguntou qual parâmetro foi utilizado para a
14 comparação, se foi feita alguma análise em relação a como aquela situação ocorria, por exemplo,
15 nos Estados Unidos ou na Europa. A **Sra. Presidente** esclareceu que os indicadores fornecidos
16 aos professores se referiam exclusivamente à pós-graduação da Unicamp. Não havia
17 comparativos para fazerem a avaliação, mas provavelmente que tivessem feito alguma análise.
18 Achava que o professor e diretor de relações internacionais Timothy Power, de Oxford, podia ter
19 utilizado dados referentes à Inglaterra ou à sua instituição como referência. Finalizou afirmando
20 que os parâmetros eram da Comissão Externa. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu**
21 **(IMECC)** concordou e destacou a importância de atingir aquelas metas. No entanto, gostaria de
22 entender, de forma abstrata, como a comunidade europeia estaria contribuindo para aquilo, dada
23 a sua proximidade. Mencionou os Estados Unidos, reconhecendo que, estavam mais distantes e
24 eram uma potência, portanto, estava tudo bem. Por fim, se fosse possível, achava importante a
25 disponibilização daquelas informações. A **Sra. Presidente** respondeu que poderiam conseguir
26 aqueles dados, mas não sabia se os três professores os utilizaram para fazer a avaliação. No
27 entanto, se considerassem os dados de alunos estrangeiros matriculados na pós-graduação da
28 Unicamp, era evidente que a instituição recebia poucos discentes em comparação ao número de
29 alunos enviados. O **Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG)** informou que os dados
30 estavam disponíveis no documento que todos receberam. A **Sra. Presidente** passou para o
31 próximo assunto, que foi sobre o Sistema Carreira. Mencionou a presença da DEAPE na última
32 reunião, que foram discutidas inovações importantes. Explicou que o sistema de carreiras foi
33 aberto, o que era muito benéfico para a pós-graduação, pois oferecia orientação sobre estágio e
34 carreira. Falou que ao longo do tempo, apesar de o Antigo SAE se concentrar mais na graduação,

1 recebia muitas demandas de mestrandos e doutorando que buscavam um direcionamento.
2 Mencionou que a pós-graduação vinha apresentando a demanda dos estágios e, ao longo do
3 tempo, estavam tentando regularizar a formalização deles, algo que nunca havia ocorrido antes,
4 apenas na graduação, da relação das empresas e outras instituições. Finalizou afirmando que,
5 com a abertura do sistema, a DEAPE iria realizar uma divulgação para informar a todos sobre a
6 existência daquele sistema de apoio de estágios, que vai oferecer direcionamento profissional e
7 de carreiras, o que, em sua opinião, era muito importante. Para o próximo assunto, que abordaria
8 a palestra sobre questões de prestações de contas financeiras, passou a palavra à Profa. Cláudia.
9 **A Profa. Claudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** comentou que a palestra foi
10 realizada no dia 23 de setembro e que todos haviam recebido os convites. Mencionou que o evento
11 foi organizado pela Sra. Marli, enquanto diretora financeira da PRPG, e destacou que foi uma
12 manhã muito boa. Contou que houve a participação de funcionários administrativos e docentes, e
13 que o tema abordado foi “Responsabilidades funcionais do pessoal de ensino superior: cuidados
14 indispensáveis”. Comentou que embora os docentes não fossem formados para serem gestores,
15 era disponibilizado a eles um cartão de pesquisador, o que gerava inseguranças sobre como
16 gerenciá-lo. Ressaltou que o evento foi enriquecido pela presença de um especialista em licitação,
17 um delegado da Polícia Federal e um advogado especializado em Direito Administrativo. Também
18 agradeceu ao Prof. Claudio por sua participação como moderador. Comentou que a palestra fez
19 tanto sucesso que a Educorp procurou a PRPG solicitando o contato dos três palestrantes para
20 incorporá-los em um curso de gestão que estava sendo desenvolvido na universidade. Destacou
21 a presença da AEPLAN, da PG e da DGA no evento, e afirmou que tentariam realizá-lo novamente
22 para aqueles que não puderam comparecer. Informou que a Diretoria Financeira da PRPG possuía
23 um POP sobre o assunto com orientações, e que, caso alguém tivesse dúvidas, poderia procurá-
24 los para esclarecimentos. Explicou que, ao solicitar três cotações e prestar atenção ao histórico
25 das empresas, não estavam agindo de forma rigorosa, mas seguindo um trâmite obrigatório e
26 importante, um ponto que ficou claro na palestra. Por fim, ressaltou que muitas pessoas da PRPG
27 ajudaram na organização da palestra e que foi um bom momento. O conselheiro **Prof. Claudio**
28 **Chrysostomo Werneck (IB)** deu bom dia a todos e comentou que sempre ficava angustiado e
29 contrariado com a questão da burocracia. Na palestra, os palestrantes justificaram a burocracia
30 como um fator de proteção para todos. Mencionou que conseguiu ver a angústia das pessoas na
31 plateia sobre o que teriam que deixar de fazer e o que deveriam ou não fazer. Tendo a
32 oportunidade de ver aquela plateia novamente, achava que os gestores da universidade também
33 deveriam assisti-la, pois era o tipo de coisa que passariam a respeitar. Contou que frequentemente
34 falava para as pessoas do seu instituto que, ao invés de mudar um procedimento ou um processo

1 que estava sendo feito, era melhor buscar a história do porquê de estar sendo realizado daquela
2 maneira. Explicou que muitas vezes, encontravam no caminho a resposta, e se aquilo justificava
3 ou não a continuidade do processo era outra questão. Falou que geralmente, aquilo se revelava
4 como um mecanismo de proteção. Disse que saiu da palestra com aquela impressão e que levaria
5 consigo. Finalizou dizendo que os palestrantes foram categóricos em afirmar que se tratava de
6 um sistema de proteção dos servidores públicos. A **Profa. Claudia Vianna Maurer Morelli**
7 **(Assessora PRPG)** completou a fala do Prof. Claudio ressaltando que os palestrantes deixaram
8 bem claro como as coisas funcionavam. Comentou que ao realizar uma auditoria na universidade,
9 os professores costumavam ver um colega muitas vezes conhecido, mas, quando o processo ia
10 para outra esfera, as pessoas olhavam apenas o papel. Portanto, aquilo tudo era muito cruel.
11 Explicou que a questão do governo descentralizar a responsabilidade colocando o CPF dos
12 professores, gerava um mecanismo de proteção que era burocrático e chato, mas necessário. Por
13 fim, reforçou que a PRPG tinha tudo documentado e que, se alguém se sentisse inseguro a alguma
14 questão, poderiam procurá-los, pois o papel da Pró-Reitoria de Pós-Graduação era dar apoio
15 àqueles que estivesse com a missão de gestão. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu**
16 **(IMECC)** informou que esteve na reunião mencionada, inclusive estava como coordenador. Expôs
17 que muitas das práticas já tomavam um certo cuidado, influenciadas por sua própria iniciativa,
18 talvez. Disse que chegou a conversar com a professora sobre estender a comunicação, de forma
19 que, além dos coordenadores, os docentes também fossem informados, pois também possuem
20 cartão pesquisador. Concordou com o prof. Cláudio que às vezes imagina-se que seria mais fácil
21 determinados procedimentos por não entendermos suas razões, mas era algo que, no caso, servia
22 como camada de proteção, não apenas para o indivíduo, mas para toda a estrutura da
23 universidade, já que, visto de fora, não seria um indivíduo o responsável, como o prof. Eduardo, e
24 sim a própria Unicamp. Disse que poderia ser tarde demais naqueles casos, pois um erro poderia
25 ser introduzido. Parabenizou a iniciativa e adicionou também a sugestão de que aquilo atingisse
26 também os demais docentes da universidade. Comentou que seria algo muito saudável, pois, em
27 seus seis anos na graduação – dois como associado e quatro como coordenador e, no momento,
28 como coordenador de pós –, observava que uma das dificuldades frequentes era precisamente a
29 questão de dialogar com os colegas e pessoas próximas quando estes questionavam as razões
30 dos procedimentos e burocracias, sendo que ele estava apenas protegendo o sistema. Salientou
31 que, às vezes, era complicado convencer os colegas, algo que deveria ser feito da melhor maneira
32 possível e que exigia uma certa habilidade – da qual alguns naturalmente dispunham, mas nem
33 todos, muitos precisavam desenvolvê-la. Inseriu com muito apreço a sugestão de que seria muito
34 importante para a universidade que a informação pudesse de algum modo ser propagada a todos

1 os docentes da universidade, fosse por meio de convites ou da criação de turmas – até porque
2 muitos deles eram bolsistas do CNPq, faziam projetos com a FAPESP, e não experienciavam a
3 realidade apresentada na reunião. Comentou sinceramente que, em alguns aspectos, aquilo
4 beirava a crueldade, pois, sob alguns pontos de vista, julgariam que foi cometido um erro cabal,
5 que poderia supostamente levar até a demissão, embora a intenção fosse apenas realizar o
6 procedimento com a celeridade necessária. Disse que, se as pessoas tivessem uma
7 compreensão, não mais quereriam e poderiam ter o cargo de gestão, que era algo muito
8 importante. Disse ser também uma camada de proteção importante ao nível docente, que também
9 poderia ser considerado um microgestor. Agradeceu. A **Sra. Presidente** expressou que achou
10 muito importante o que foi colocado pelo prof. Eduardo. Comentou que, na verdade, todos os
11 docentes, inclusive eles próprios, eram muito reticentes a gastar o tempo com procedimentos
12 daquele tipo, e que era uma reação da maioria, que questionava o motivo de perder tempo com
13 busca de orçamento quando poderiam estar escrevendo, conduzindo experimentos etc. Apontou
14 que as pessoas culturalmente não gostavam daquilo. Mesmo que pedissem que aqueles senhores
15 voltassem para informar os docentes, não acreditava muito que teria muito sucesso de público,
16 pois eram poucos os que ainda achavam aquilo possivelmente importante, e que os professores
17 tinham problema com aquilo. Expressou que os profs. Eduardo e Cláudio tinham toda a razão
18 quanto à questão da proteção. Comentou que até havia gente com um pouco mais de disposição
19 e disponibilidade para fazê-lo, como quem mexia com muitos projetos e fazia aquilo há tempos, e
20 não se importava em ter aquele cuidado, mas que havia também gente que se importava mas não
21 gostava, e opinou que este seria um problema cultural e difícil de se transformar, mas que era
22 necessário insistir mesmo assim. Expressou que realizar um novo seminário e convidar os
23 docentes seria uma insistência que poderia surtir algum efeito positivo, certamente, mas não teria
24 sucesso de público, uma vez que as pessoas continuavam se afastando da burocracia, já que era
25 diferente do trabalho intelectual. Mas este trabalho intelectual dependia daquelas burocracias de
26 qualquer forma, então eram funções necessárias. Concluiu que havia tal diferença no ponto de
27 vista daquilo que era a produção acadêmica, em que, embora as duas coisas estivessem
28 associadas, uma parcela dos professores e pesquisadores consideravam que, em alguma medida,
29 aquilo não fazia parte. Expressou que gostaria mesmo que não fizesse parte, mas que não via
30 problema em fazê-lo, uma vez que era necessário e era o melhor para si, para a instituição, para
31 os alunos envolvidos e para o próprio projeto, e era disso que se tratava. Frisou novamente não
32 ser uma questão fácil, mas concordou com os professores que era necessária uma insistência. O
33 conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** expressou que, como a Presidente bem
34 colocou, para quem tinha vivência real de internacionalização e conversava com colegas de

1 instituições do mundo afora era naturalmente assim que funcionava. Comentou que havia várias
2 estruturas internas, então equivocado seria pensar o contrário, pois aquele procedimento era o
3 padrão. Disse que poderia ser uma visão tacanha não entender o mundo como realmente era,
4 mas apoiou a iniciativa da Presidente. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora**
5 **PRPG)** comentou que o convite havia sido mandado para todos os professores e técnicos
6 administrativos, e que havia 130 ou 160 vagas, das quais ainda sobraram. O conselheiro **Prof.**
7 **Claudio Chrysostomo Werneck (IB)** lembrou que houve uma época em que era feito um
8 acolhimento aos professores e funcionários recém-contratados, e achava que era algo cultural.
9 Comentou que, no Instituto de Biologia, contratava-se alguém por ser pesquisador, e às vezes sua
10 primeira aula ministrada na vida poderia ser a prova didática do concurso, e a realidade era que
11 achavam aquilo o bastante. Então, quando entravam, queriam continuar conduzindo pesquisas
12 como se fosse pós-doutorando em algum outro laboratório, o que nunca conseguiriam, pois já
13 havia acabado a fase de se preocupar apenas com seu próprio trabalho. Por isso, quando alguém
14 assumia dentro da universidade, deveria conhecer suas várias obrigações. Disse achar muito
15 importante o curso de acolhimento para tentar mudar tais noções e aquela cultura. Exemplificou
16 que, em sua época de graduação, tinha professores que achavam que podiam fazer o que bem
17 entendiam em sala de aula, sem limites, e não poderia ser assim, pois havia limites e um
18 Regimento a seguir. Apesar de não ser adequado exigir que lessem o Regimento, um curso de
19 acolhimento poderia ser vantajoso para construir a cultura inicial dos novos membros – já que
20 mudar a cultura já convencionada dos antigos seria complicado – sobre como encarar a
21 universidade, mostrando sua importância para a comunidade e para a sociedade, bem como os
22 papéis de cada um como docentes e pesquisadores dentro dela. A **Sra. Presidente** disse para
23 terem fé e insistirem, porque poderia haver algum jeito. Comentou que poderiam pensar numa
24 segunda rodada futuramente, convocando de forma mais direta todo aquele que possuísse o
25 cartão pesquisador da pós-graduação. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)**
26 comentou que, ao ler a mensagem da maneira que foi escrita, se viu como coordenador, não como
27 docente. Comentou que levou o pessoal do seu estágio junto, pois considerava importante
28 estarem lá, porque auxiliavam com aquele assunto, mas eles se identificaram, assim como os
29 colegas da Secretaria. Deixou essa sugestão para encaminhamento. O **Sr. Elias Basile**
30 **Tambourgi (Assessor PRPG)** introduziu a questão do Move La America. Informou que no
31 primeiro edital da CAPES constavam 500 bolsas, 300 de mestrado e 200 de doutorado, e que a
32 Unicamp estava bem abaixo nas classificações, pois priorizava as regiões Norte e Nordeste e, de
33 acordo com o que restasse, Sudeste e Sul. Disse que, posteriormente, lançaram um segundo
34 edital que retificava o primeiro, contando Norte e Nordeste como primeira prioridade, e dando a

1 segunda prioridade para cidades fronteiriças aos países da América Latina, América e Caribe, e,
2 como terceira prioridade, disponibilizariam 1000 bolsas. Até mencionou que havia comentado com
3 a Sra. Presidente que, ao lançarem o primeiro edital, comentou que possivelmente iriam ter
4 apenas uma ou duas bolsas, por estarem em última prioridade, mas, por fim, a Unicamp obteve
5 52 das mil bolsas, que já haviam sido homologadas pela PRPG e enviadas à CAPES, que
6 mostraria o resultado final em 26 de novembro. Assim, ao início do primeiro semestre de 2025,
7 continuariam as 52 bolsas, 40 de mestrado e 12 de doutorado. Falou sobre o edital da Capes para
8 o Grupo Montevideo, do qual a Unicamp faz parte junto de outras 13 universidades brasileiras,
9 bem como 12 argentinas, uma uruguaia, uma paraguaia, algumas chilenas, peruanas e bolivianas.
10 Mencionou que eram, no máximo, 13 projetos apoiados pela CAPES com duração de quatro anos,
11 que forneceriam uma verba para trabalhar com liberdade dentro do programa, como mestrado e
12 doutorado sanduíche, pesquisador visitante etc. Disse que tiveram 200 inscrições para 13
13 programas, cujo resultado sairia 31 de dezembro, e não sabia quantas daquelas já haviam sido
14 homologadas pela Sra. Presidente, mas, sendo 13 para 200, disse que esperava que ao menos
15 uma aparecesse. A **Sra. Presidente** anunciou que havia dois outros informes, e apontou o
16 encontro PAD-PED, que havia acontecido na segunda-feira anterior. O **Sr. Elias Basile**
17 **Tambourgi (Assessor PRPG)** comunicou que o encontro PAD-PED foi realizado, com a palestra
18 de Marcelo Tas. Descreveu que achou interessante uma palestra dele que viu em abril, por isso
19 decidiu entrar em contato com ele e com a sra. Marcela, uma das presente, e que havia sido 99%
20 responsável por possibilitar a palestra. Agradeceu-a publicamente, e explicou o quanto era difícil
21 encontrar uma agenda, cumprir exigências de contrato, de transporte exclusivo, alimentação, o
22 esforço e a produção de banners, certificado etc. E tudo isso havia sido realizado e possibilitado
23 pela sra. Marcela, por isso agradeceu-a novamente, e ao sr. Marcos, da informática, pelo empenho
24 disposto. O segundo informe era a respeito das políticas voltadas para PCDs. Informou que, na
25 Unicamp, havia dois locais com equipamento para PCDs, sendo estes o CEPRE e a Biblioteca
26 Central. Informou que a Biblioteca Central estava atualizando seu número de equipamentos, e que
27 também tinham comprado alguns, como eletrônicos capazes de ampliar em até quatro vezes,
28 rotuladores braile, teclados ampliados em linguagem alfanumérica, rotulador braille. Também
29 disse que estavam adquirindo uma impressora braile e máquina de escrever braille. Explicou que
30 os equipamentos ficariam disponíveis na PRPG para as unidades e programas que viessem a
31 precisar deles para apoio aos PCDs. Disse que as lupas, teclados e rotuladores já haviam
32 chegado, e só não estavam ainda disponíveis porque precisavam ser patrimoniados, e faltava
33 chegar apenas à impressora braille e a máquina braille. Todos ficariam sob responsabilidade da
34 PRPG. A **Sra. Presidente** comentou que tudo aquilo fazia parte de uma conversa anterior, de

1 quando aprovaram a Instrução Normativa das seleções e vagas adicionais de mestrado e
2 doutorado. Disse que conversaram com o CEPRE, o centro de reabilitação vinculado à FCM, e
3 com a própria DEAPE sobre como poderiam começar a implementar a infraestrutura para receber
4 os alunos PcD – embora houvesse uma série de questões infraestruturais que não dependiam da
5 intervenção da PRPG, como calçada e elevador, e que, objetivamente, poderiam apenas ser
6 demandadas. Comentou que fazia parte dessas políticas, além da compra de equipamentos e
7 apoio a algumas atividades de acompanhamento dos alunos PcD. Dentre elas, exemplificou a
8 Bolsa Monitoria PCD, que era uma demanda que passava pela PRPG para o Núcleo de Bolsas
9 Orçamentárias, já encaminhada para a Eplan e para a PRDU. Explicou que a bolsa seria
10 coordenada pela DEAPE, e a PRPG vinha apoiando aquelas bolsas, que permitiriam que alunos
11 de pós acompanhassem outros alunos de pós com deficiência que precisassem daquele suporte.
12 Explicou que, por isso, estavam também adquirindo equipamentos que possibilitassem ajudar,
13 pois eram ferramentas que tinham condições de possuir, bem como a biblioteca tem. Mencionou
14 que alunos com problemas de visão certamente teriam aquele tipo de suporte. Adicionou que as
15 deficiências seriam várias, e era necessário aprender a abordá-las, algo que começou aos poucos,
16 a partir das deficiências mais objetivamente visíveis para que pudessem dar conta uma vez que a
17 demanda só tendia a aumentar. Explicou que, atualmente, era uma demanda conhecida e sob
18 controle, pois eram poucos alunos, mas futuramente seriam mais, então era algo que carecia de
19 certa preparação. Frisou também que as profissionais do CEPRE tinham vindo conversar e
20 abordar todos aqueles assuntos, e que eram profissionais muito dedicadas. O conselheiro **Prof.**
21 **Claudio Chrysostomo Werneck (IB)** perguntou para quem era feita a solicitação daquele
22 material. A **Sra. Presidente** respondeu que seria à secretaria da PRPG, com a Cris. Abriu a
23 palavra do expediente para demais assuntos e passou a palavra ao prof. Luiz. O conselheiro **Prof.**
24 **Luiz Fernando Bittencourt (IC)** deu bom dia e introduziu o assunto das bolsas CAPES. Comentou
25 que vinham recebendo ofícios da CAPES relacionados à cobrança da bolsa de alunos que não
26 concluíam o curso. Explicou que a CAPES solicitava a avisassem quando um aluno não terminava
27 o curso, no entanto, na Unicamp existia a possibilidade de integralizar e reingressar
28 posteriormente para concluir, o que impossibilitava designar um período preciso para informar à
29 CAPES, já que a data de integralização não correspondia ao momento da conclusão. Exemplificou
30 que, no IC, davam um prazo ao aluno – que acreditava ser de um ano para o mestrado e dois para
31 o doutorado – e, ao seu final, e tendo consultado orientador e aluno acerca de justificativa, criavam
32 um processo e enviavam à CAPES, que então abria um processo administrativo. Comentou que
33 vinham recebendo ofícios da CAPES constatando que o parecer não era suficiente por ser
34 inconclusivo e, segundo a regra do PROEX, seria necessário um parecer conclusivo, que

1 significava, basicamente, incluir se o aluno deveria ou não devolver a bolsa. Comentou que eles
2 têm tido dificuldade com aqueles casos, primeiramente porque não tinham preparação para julgar
3 o que seria um caso de força maior, e de que forma este se encaixaria ou não no artigo da CAPES
4 que descreve a situação em que o aluno não era obrigado a devolver a bolsa. Disse que, o que
5 vinham fazendo era enviar à CAPES pareceres visando informar que o aluno, enquanto esteve
6 fazendo o curso com a bolsa, cumpriu com suas atividades, sem dizer explicitamente se ele
7 deveria ou não a devolver. A CAPES tem retornado para a gente já mais de uma rodada, por não
8 estar descrito explicitamente se o aluno deveria ou não devolver a bolsa. Perguntou aos demais
9 se tinham alguma sugestão de como lidar com aqueles casos. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero**
10 **(FEAGRI)** explicitou que, numa gestão anterior que não a sua, acontecia a exata mesma coisa, e
11 que o coordenador responsável fazia o mesmo. Sendo assim, aconteceu que a CAPES indicou o
12 docente como “corresponsável” – ou algum termo semelhante –, devendo assim pagar metade da
13 bolsa. Alertou que, por isso, tivesse cuidado, pois não havia uma norma clara a respeito. Indicou
14 que seria necessário que ele, o orientador e a unidade como um todo teriam de ser assertivos, e
15 caso achassem que era uma causa maior e justa, que justificassem e se preparassem com um
16 advogado; mas, por outro lado, se julgassem que o aluno realmente havia cometido um deslize,
17 que fossem assertivos com ele. Relatou um caso em que um professor da FEAGRI se desesperou
18 e ameaçou o doutorando de morte, que voltou pelo Artigo 5 e defendeu, o que aconteceu porque
19 iria doer no bolso do professor, porque ele teria que devolver metade. Falou que a CAPES vinha
20 fazendo aquilo, e que inclusive não achava tão errado. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando**
21 **Bittencourt (IC)** opinou que naquele caso deveria ser “fundo perdido”, pois o aluno fez o que tinha
22 de fazer e não terminou, o que poderia ser justificado por diversos motivos. Explicou, entretanto,
23 que a dificuldade estava em julgar se aqueles motivos se encaixariam naquilo que a CAPES
24 indicava, e, caso dissessem que não se encaixava e o aluno tivesse que devolver, ele poderia se
25 negar a devolver e/ou processar. Explicou, então, que a abordagem em sua unidade considerava
26 que, se o aluno havia cumprido o que deveria cumprir, mas não defendeu e justificou, indicariam
27 que não era necessário devolver a bolsa. Revelou não ter ideia do que a CAPES faria com aquilo,
28 se analisariam posteriormente, se apontariam como insuficiente, ou se continuariam os
29 responsabilizando. A **Sra. Presidente** apontou que todos aqueles processos passavam por ela, e
30 que havia muitos daqueles na universidade, e alguns haviam sido justificados porque
31 apresentavam motivos de saúde; outros continham argumentações que não tinham sido colocadas
32 completamente. Explicou que, quando a CAPES via tudo completo, alertava que estava tudo bem,
33 deferiam e arquivavam o processo. Comentou que aquele tipo de coisa sempre passava e as
34 cobranças existiam de qualquer forma, e, diferentemente do que as pessoas às vezes pensavam,

1 a CAPES cobrava, pois, era necessário e fazia sentido, pois os alunos tinham uma
2 responsabilidade com aquilo. Não teria sentido bancar uma estada do aluno num curso de pós-
3 graduação, com o esforço do professor e do programa, para que ele fosse embora porque desistiu
4 de repente. Disse ser uma pena a responsabilidade pegar no bolso do aluno, porque o que deveria
5 evocar era a ideia da produção de um trabalho acadêmico estimulando sua prestação de contas,
6 mas para vários não era assim. Comentou que havia muitos alunos que eram cobrados e
7 pagavam, e o mesmo acontecia com a FAPESP que, como a CAPES, ofereciam até parcelamento
8 de dívida aos alunos, a depender dos acertos. Disse que a corresponsabilidade mencionada pelo
9 prof. Daniel certamente era um risco, pois o professor também fazia parte do processo, então seria
10 necessário fazer o aluno defender e apresentar um resultado, uma vez que ele fez uso das aulas,
11 do programa, do esforço conjunto. Mencionou que era possível acontecer situações diversas,
12 muitas delas justificáveis, que alteravam a vida e não permitiriam que o aluno continuasse, mas a
13 questão era como explicar aquilo à CAPES. Disse que, quanto a argumentos relacionados à
14 saúde, a CAPES tem aceitado todos, sem muita diferenciação. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero**
15 **(FEAGRI)** mencionou que o aluno em questão escreveu que ficou dono de uma fazenda após a
16 esposa ganhar uma herança e deixou o doutorado para plantar soja. A **Sra. Presidente** se
17 indignou com a justificativa do aluno, dizendo que a CAPES deveria cobrar ainda mais dele. O
18 conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt (IC)** comentou que julgava razoável a justificativa
19 em 99% dos casos, com poucas exceções, que seriam os casos que exigiam mais cuidado, mas
20 que, de qualquer forma, ao fim de tudo, seria necessário dizer que o aluno defendeu, ou justificar,
21 ou pedir para que devolvesse a bolsa e rezar para não ter problemas. A **Sra. Presidente** apontou
22 o fato que havia um certo atraso por ainda estarem na geração dos alunos que tiveram prazos
23 estendidos por conta da pandemia, com bolsas que, embora já tivessem terminado há um tempo,
24 os alunos ainda não puderam finalizar tudo. Casos que nem precisavam ser incluídos no Artigo
25 15, porque sequer havia expirado o prazo da integralização. Disse que às vezes até se perdia a
26 noção de que o aluno havia recebido bolsa e precisava defender, pois não haviam passado ainda
27 pelo tempo daquele limbo. O conselheiro **Prof. Luiz Fernando Bittencourt (IC)** comentou que
28 tinham uma aluna na mesma situação, que era de fora do Brasil e foi embora na pandemia, acabou
29 tendo dificuldades com a família e não voltou mais. Não havia uma justificativa de saúde, mas
30 apenas a carta que ela escreveu relatando a situação. Não tinha certeza se a CAPES julgaria
31 aceitável como força maior da pandemia, uma vez que não era justificativa médica, apenas uma
32 declaração. A **Sra. Presidente** disse que apenas a declaração não seria suficiente, porque aí
33 entraria no âmbito da Justiça. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)**
34 aproveitou a experiência dos colegas para expressar sua opinião de que, naqueles casos, o

1 coordenador e orientador haviam feito seus papéis, e deveria haver algo circunstanciado entre
2 eles e o estudante. Disse também que ainda estava na empolgação da reunião sobre os erros
3 grosseiros que eram cometidos. Comentou que a reunião estava sendo ótima e agradeceu. O
4 conselheiro **Prof. Claudio Chrysostomo Werneck (IB)** explicou que, no IB, o padrão era o aluno
5 ser cobrado. Disse que não poderiam esquecer de que aquilo era dinheiro público, um
6 investimento feito sobre um compromisso assumido, então era esperado que aquele contrato que
7 foi assinado e assumido fosse contemplado. Mencionou que ficava parecendo que ele não
8 enxergava as justificativas, mas afirmou que suas existências deviam sim ser levadas em
9 consideração, por outro lado, acrescentou que havia muitas reclamações a respeito da falta de
10 financiamento da pós-graduação e, em casos como aqueles, em que estava se financiando algo
11 que não daria resultado nenhum, e aquilo era horrível para comunidade, considerando que poderia
12 estar sendo investido com resultados. Apontou que, na verdade, se o dinheiro que pagasse a bolsa
13 fosse do próprio projeto, no nome do responsável – como eram os grants, nos Estados Unidos,
14 por exemplo – iriam cobrar o aluno com a corda no pescoço e forçar ao máximo, pois se sentiriam
15 responsáveis por aquilo. Frisou novamente que era necessário que o compromisso com o dinheiro
16 público estivesse sempre presente, e, caso alguém desrespeitasse aquilo sem uma justificativa
17 plausível seria péssimo. A **Sra. Presidente** comentou que não sabia até que ponto os alunos liam
18 o contrato quando assinavam. Disse que eles não costumavam ler, mas deveriam aprender, já
19 que chegaram até aquele ponto. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)**
20 comentou sobre uma reunião online que aconteceu na mesma semana com a coordenadora da
21 Física da USP, que fez uma apresentação sobre como deveria ser preenchida a ficha de avaliação,
22 então, embora a avaliação seguinte fosse ser muito mais qualitativa do que quantitativa, ela
23 exigiria uma quantidade enorme de dados, alguns nem tão diretamente relacionados, como, por
24 exemplo, laboratórios em cujas pesquisas os professores participavam, interações com empresas
25 etc. Explicou que, segundo aquela professora, por mais que houvesse uma tendência qualitativa,
26 ainda tinha muitos dados quantitativos que fugiam do âmbito da pós-graduação, e que exigiam até
27 buscas externas à Unicamp. Disse que aquela professora estava sendo muito receptiva ao explicar
28 as questões sobre o preenchimento da ficha, realizando reuniões e produzindo vídeos sobre algo
29 bem interessante. A **Sra. Presidente** mencionou que havia um projeto da CAPES chamado GoPG,
30 de integração de dados com as universidades, o qual a Unicamp estava assinando. Disse que só
31 demorou um pouco porque a DTIC esteve analisando até que ponto as plataformas da
32 universidade eram adequadas para que a CAPES acessasse com a própria plataforma, a fim de
33 integrar tudo. Explicou que aquele projeto, quando foi lançado na outra gestão da CAPES, no ano
34 anterior, contava com a presença do Reitor Tom Zé, que assinou ali mesmo o acordo informal de

1 que a Unicamp aderiria. Ainda era necessário fazer aquela avaliação, agora concluída, que a DTIC
2 havia dado, no entanto, a CAPES informou que havia uma fila para inserir na plataforma todos
3 que aderiram ao GoPG, por isso que, embora a Unicamp tenha aderido, ainda não estava
4 implementada ao projeto, mas imaginava que isso facilitaria bastante a integração dos dados
5 inseridos para alguma avaliação, por exemplo. Disse que não sabia se estava totalmente
6 relacionado à fala anterior, mas expôs o ponto positivo daquela integração. O conselheiro **Prof.**
7 **Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** comentou que a reunião era como uma brincadeira da
8 CAPES, que já incitava os presentes a assinarem os acordos. A **Sra. Presidente** concordou, e
9 disse que foi exatamente o que o reitor fez, embora ainda fosse necessária toda a tramitação
10 técnica envolvida. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** levantou uma questão
11 a respeito da inserção de dados naquele novo sistema da CAPES, e informou que fariam uma
12 política para disseminar aquela informação aos docentes e alunos, pois era uma possibilidade
13 interessante. A **Sra. Presidente** disse achar que poderia funcionar melhor a médio prazo para
14 coisas como preenchimento de Sucupira e avaliação das áreas, era o que esperava. Perguntou
15 se havia mais algum ponto. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** levantou
16 uma dúvida relacionada ao ofício da PRPG de 01/24, enviado recentemente, da Normativa do
17 Cadastro de Metadados e Depósito de Dados Digitais. A **Sra. Presidente** perguntou se era o ofício
18 relacionado ao REDU. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** afirmou.
19 Relatou que no ofício constava que, a partir de 20 de agosto, entraria em período de teste, mas
20 que, a partir de 1 de dezembro de 2024, já passaria a ser obrigatório para as teses, e para o
21 mestrado em 1 de agosto de 2025. Nesse contexto, perguntou como ficaria a situação de projetos
22 vinculados a empresas, que por vezes exigia confidencialidade de dados. Relatou que alguns
23 colegas vinham perguntando como isso seria tratado, uma vez que, segundo as instruções, se
24 tornaria obrigatória a inserção no REDU de dados gerados ou pesquisas desenvolvidas total ou
25 parcialmente na Unicamp para que pudesse gerar o DOI que permitia conduzir as defesas.
26 Comentou que estavam levantando várias perguntas naquele sentido, e que até havia feito um
27 encaminhamento na biblioteca para checar como os outros colegas da universidade estavam
28 fazendo, e pediu uma explicação sobre como lidar com esse tema. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna**
29 **Maurer Morelli (Assessora PRPG)** respondeu que aquilo já estava previsto, e que era possível
30 inserir os metadados e os dados públicos e, posteriormente, ao invés de fazer um depósito dos
31 dados, indicar que têm confidencialidade, de forma que deixa de ser necessário anexar os dados.
32 O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** confirmou então se as bibliotecas
33 teriam conhecimento daquilo. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)**
34 respondeu que sim, e que saberiam ainda melhor do que a comissão, pois eram elas as

1 responsáveis por aqueles dados. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** disse
2 que havia encaminhado corretamente, mas que achou melhor perguntar por que estava
3 demorando um pouco. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** explicou
4 que, de fato, o retorno das dúvidas às vezes era um pouco mais demorado, mas comentou que
5 havia o campo para indicar que era impossível anexar os dados, ou mesmo que era possível
6 colocá-los em outro lugar e inserir apenas os metadados no REDU. O conselheiro **Prof. Eduardo**
7 **Cardoso de Abreu (IMECC)** questionou se poderia, então, encaminhar naturalmente para a
8 biblioteca. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** confirmou que só
9 era necessário apontar nos metadados o necessário para localizar a pesquisa, ou, ao invés de
10 anexar o próprio material, clicar e indicar que tinha dados sensíveis, como no caso de uma patente.
11 A **Sra. Presidente** disse que o obrigatório de se inserir eram os metadados, que era a ficha do
12 trabalho, pois aquilo precisava ficar registrado, e é o que se tornaria fundamentalmente obrigatório
13 para os doutorados a partir do final do ano. Também indicou que, nos casos em que se desejasse
14 anexar alguma outra base de dados, existia o local disponível, ou a declaração de que a pesquisa
15 continha dados sensíveis e seria liberada em determinado dia. O próprio encaminhamento da
16 defesa de tese informa que os dados só serão liberados dentro de dois anos, o que já estava
17 dentro da prática de encaminhamento de defesa. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de**
18 **Abreu (IMECC)** disse que, da maneira como estava apresentado, parecia não dizer respeito
19 àquele contexto específico, e sim a uma proteção da produção científica não relacionada e
20 empresas. Disse que não estava claro que contemplava ambas as possibilidades. A **Profa. Dra.**
21 **Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** apontou que no Item 4 constava: “para os
22 dados que não podem ser disponibilizados por questões de restrições éticas ou legais [ou as
23 patentes também], o texto ao fim do campo do metadados, deve-se explicar que os dados não
24 foram depositados por razões éticas locais e indicar onde o farão”. O conselheiro **Prof. Eduardo**
25 **Cardoso de Abreu (IMECC)** falou que era porque nem sempre a questão era de patente. A **Profa.**
26 **Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** esclareceu que não era relativo apenas
27 a patentes, e que era uma questão legal. Disse que estava bem explicado nas restrições éticas ou
28 legais, em que, qualquer conteúdo que não seja permitido disponibilizar publicamente, deveria
29 inserir apenas o metadado. Explicou também que, naqueles casos, o aluno defendia, apenas na
30 hora da homologação, após a defesa, que iriam conferir constavam todos os dados. O conselheiro
31 **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** perguntou à Profa. Cláudia se o texto lido por ela era a Resolução.
32 A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** respondeu que aquela era a
33 Instrução Normativa. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** lembrou o pedido que tinha
34 feito sobre colocar questões de sigilo, que havia sido aprovado e constava na ata de uma reunião

1 anterior. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** disse que poderiam
2 colocar, se fosse o caso. A **Sra. Presidente** expressou que sua impressão era de que quando se
3 falava em questões legais, era sobre aquilo. O conselheiro Prof. **Daniel Albiero (FEAGRI)** disse
4 que “questões legais” era mais amplo, e que as questões de sigilo entravam nas questões legais
5 por conta da Lei de Inovação, mas, como o professor Eduardo havia comentado, não era apenas
6 sobre questões de patente. A **Sra. Presidente** reafirmou que aquilo não dizia respeito apenas a
7 patentes, e lembrou que, ao assinar um acordo ou compromisso com uma empresa sempre
8 haveria certa confidencialidade, e aquilo só seria liberado quando lançassem o produto. Nem seria
9 uma questão de patente, mas da produção de um trabalho baseado naquilo, que era uma questão
10 de cunho legal que foi assinada. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** disse entender
11 que a questão legal abrangia tudo, inclusive as questões de sigilo, mas que havia pedido para
12 inserir a questão na normativa apenas para reforçar a questão. A **Sra. Presidente** disse que era
13 possível inserir, embora já estivesse incluído. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)**
14 concordou que estava bom, mas que tinha pedido apenas para que a apresentação ficasse ainda
15 mais clara. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** concordou que
16 poderiam incluir no Artigo 4 para ficar “por razões éticas, legais ou de sigilo” para fins de deixar
17 mais claro. O conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** agradeceu a colocação do
18 ponto pelo Prof. Daniel. Exemplificou o caso de sua própria experiência com a Petrobrás, para a
19 qual o prazo de sigilo era indeterminado, e não seria liberado dentro de dez anos, e possivelmente
20 nunca. A **Sra. Presidente** concordou, e levantou que o aluno que defendeu uma tese, o fez com
21 aquilo que ele poderia publicar, sendo a tese pública. Mencionou que aquela era uma discussão
22 antiga na Unicamp, pois havia contratos com empresas em que muito conteúdo era sigiloso, mas
23 a parte a ser utilizada na tese seria aquela porção que não era sigilosa. Aí então o aluno seria
24 aprovado e a tese homologada, pois era impossível haver uma tese com portas fechadas. O
25 conselheiro **Prof. Eduardo Cardoso de Abreu (IMECC)** concordou, mas disse que seu ponto era
26 referente à outra parte, à parte sigilosa. A **Sra. Presidente** disse que aquela parte continuaria no
27 contrato com a empresa e nem poderia entrar no REDU, uma vez que este também era acessível
28 ao público. O conselheiro Prof. **Daniel Albiero (FEAGRI)** reforçou que apenas incluíssem a
29 palavra sigilo na Instrução Normativa, e lembrou a reunião quando fez o pedido para inclusão
30 do termo e indicaram que colocariam no ofício, pois foi uma dúvida levantada ainda lá no momento
31 de discussão da norma interna. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)**
32 disse que passou despercebido, mas que iriam retificar. A **Sra. Presidente** mencionou que não
33 considerou a necessidade de discriminar daquela forma e entendeu que o legal daria conta, mas
34 que, de qualquer forma, não custaria nada incluir. O conselheiro Prof. **Orlando Luis Goulart**

1 **Peres (IFGW)** expôs uma dúvida, perguntando se seria necessário renovar a cada três anos o
2 cadastro no REDU. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG)** respondeu
3 que não era necessária uma renovação, e que aquilo era referente apenas ao período que o aluno
4 estava na instituição, para que este pudesse ter acesso e depositar. A **Sra. Presidente** reforçou
5 que isso era próprio ao aluno, e que para o docente não era necessária renovação. A conselheira
6 **Profa. Lígia de Moraes Antunes Correa (FEF)** trouxe uma pergunta de cunho prático, que já
7 começou a ser questionada na FEF. Questionou se o aluno precisaria inserir os dados no REDU
8 antes da defesa, e se o agendamento desta estaria condicionado à geração do DOI. Em outras
9 palavras, perguntou se ele poderia fazer a inserção de dados no REDU após a defesa. Disse que
10 a dúvida era justamente por conta da DAC. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli**
11 **(Assessora PRPG)** explicou que era apenas no final, quando fosse anexar o material completo
12 para homologar. Pediu confirmação ao Sr. Fernandy. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)**
13 confirmou que era só posteriormente. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora**
14 **PRPG)** comentou que a trava que tinham era a homologação, e que não tinha como enviar para
15 a PRPG sem inserir lá. A **Sra. Presidente** Não havendo mais nenhuma manifestação, nenhum
16 comunicado ou aviso sobre as unidades agradeceu a presença de todos, lembrando da
17 importância de um novo encontro na reunião futura, declarou assim por encerrada a Reunião da
18 Comissão.